

CORPORATIVISMO E ISOLAMENTO: UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE TEMAS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO PORTAL E-CIDADANIA DO SENADO FEDERAL

TIAGO QUIROGA

Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal, Brasil
Email: tagorj@terra.com.br

DANIEL NARDIN TAVARES

Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal, Brasil
nardin.daniel@gmail.com

CORPORATIVISMO E ISOLAMENTO: UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE TEMAS PARA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO PORTAL E-CIDADANIA DO SENADO FEDERAL

Resumo: Com as novas tecnologias, as instituições democráticas tem utilizado cada vez mais a Internet para promover a participação popular nas práticas políticas. A partir de análise de uma destas ferramentas, o portal E-Cidadania, pretendemos refletir sobre a efetiva adoção de temas sugeridos pela iniciativa no processo legislativo do Senado Federal e verificar os diferentes interesses da mobilização que ocorre nesse espaço.

Palavras chave: Cidadania digital; Participação política; Práticas legislativas.

EL CORPORATIVISMO Y EL AISLAMIENTO: UN ANÁLISIS DE LOS TEMAS PROPUESTOS PARA LAS AUDIENCIAS públicas EN PORTAL E-CIDADANIA DE EL SENADO FEDERAL.

Resumen: Con las nuevas tecnologías, las instituciones democráticas se han utilizado cada vez más la Internet para promover la participación popular en las prácticas políticas. A partir del análisis de una de estas herramientas, el portal E-Cidadania, tenemos la intención de reflexionar sobre la adopción efectiva de los temas propuestos para la iniciativa en el proceso legislativo en el Senado y echa un vistazo a los diferentes intereses de la movilización que se produce en ese espacio.

Palabras clave: Ciudadanía Digital; Participación política; Prácticas legislativas.

CORPORATISM AND ISOLATION: AN ANALYSIS OF PROPOSED TOPICS FOR PUBLIC AUDIENCES IN THE PORTAL E-CIDADANIA OF THE FEDERAL SENATE

Abstract: With new technologies, the democratic institutions have been working with the Internet to promote popular participation in political practices. From analysis of these tools, for instance, the website E-Cidadania, we intend to reflect on the effective adoption of suggested topics for the initiative in the legislative process in the Federal Senate, and to check the different interests of the mobilization that occurs in this environment.

Keywords: Digital Citizenship, Political Participation; Legislative practices.

1 INTRODUÇÃO

Nos sistemas democráticos contemporâneos, a prática política mantém forte relação e até dependência recíproca com os meios de comunicação. Este, aliás, é um vínculo que se desenvolve desde as revoluções liberais do século XVIII e que foi aprofundado durante o século XX por conta dos avanços tecnológicos que garantiram o aumento significativo do alcance e difusão dos veículos de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Uma importância que se renova a cada tecnologia e tem sua absorção pelo modelo político lastreado no sistema representativo.

Não é possível já há algum tempo pensar acerca das práticas políticas sem levar em consideração a questão da visibilidade gerada pela publicidade na esfera pública, conforme coloca Jurgen Habermas (2003) em “Mudança Estrutural da Esfera Pública”. Segundo o autor, com a maior circulação de mensagens e ampliação do público, os debates gerados na esfera pública ganharam em termos expositivos, porém, perderam em representatividade e profundidade.

Desta forma, buscamos observar como esse processo se dá também nos espaços de debate da Internet, onde o conceito de publicidade é ainda mais preponderante na consolidação de ações políticas e estratégias que possam reforçar o ideal do sistema representativo, em especial, das ações do parlamento. Ações de cunho midiático utilizando as novas tecnologias são adotadas de forma recorrente a fim de garantir uma suposta participação direta da população na definição dos temas abordados pelo Congresso Nacional, seja em audiências públicas, votações ou mesmo tomadas de decisão pela classe política no Brasil.

Temos como exemplo o Portal E-Cidadania, do Senado Federal, criado em 2012 com o objetivo de facilitar aos usuários da Internet o diálogo direto com seus representantes e onde o cidadão é convocado a sugerir temas para debates, propor projetos de lei e fiscalizar o uso da verba pública pelos senadores e pelo poder Executivo.

A ideia do portal é incluir o cidadão nos processos legislativos do Senado Federal, dando margem à possibilidade de tratar diferentes temas de interesse coletivo, com diversos olhares e abordagens mais amplas, permitindo que a esfera pública política vá além dos assuntos tratados pela chamada opinião pública - que a imprensa tenta cumprir o papel de portadora. Em nossa análise, buscamos questionar se de fato a ferramenta técnica colocada à disposição, ainda que de

forma virtual, é suficientemente capaz e responsável por promover significativas mudanças no comportamento parlamentar e agendamento de temas para a realização de audiências públicas nas comissões de trabalho do Senado.

Ou seja: os temas que são definidos pela agenda deste ambiente virtual podem efetivamente pautar os assuntos de trabalho das comissões do Senado? Se sim, que temas são estes? Estes temas representam de fato um espectro mais amplo da sociedade ou aprofundam interesses privados ou corporativos de grupos melhor organizados socialmente? Estes são alguns dos questionamentos levantados a partir da leitura e análise das propostas sugeridas e em votação pelos usuários do Portal E-Cidadania do Senado Federal brasileiro.

2 CONQUISTA DE VISIBILIDADE NA ESFERA PÚBLICA

De acordo com o autor alemão Jurgen Habermas (2003), a visibilidade é fator preponderante na definição dos temas que serão abordados e discutidos na esfera pública burguesa quando esta passa a disputar e integrar o poder político e econômico na Europa no período de mudanças do sistema baseado no absolutismo para o sistema representativo na Modernidade.

O então novo modelo político, consequência de mudanças significativas no campo econômico advindas com o mercantilismo, traz como uma de suas principais características a necessidade da experiência política ser também pública, ou seja, uma atividade que passa a ter como condição para seu funcionamento a adesão das massas. E, assim, a visibilidade gerada a partir da publicidade passa a desempenhar um papel central no campo político.

Uma das análises de Habermas acerca da mudança de função da esfera pública na modernidade é justamente no sentido de que a opinião pública, um conceito abstrato fundamental no agendamento dos temas tratados na arena pública, passa a ser representada por uma estratégia adotada pela esfera pública burguesa: a imprensa, que, por sua vez, representa fundamentalmente desde seu nascedouro interesses de grupos privados.

Dentro dessa ordem política e social, reestruturada durante a fase mercantilista do capitalismo (cuja nova configuração já se expressa em grande parte no fato de que nela se separam os momentos próprios do político e do social), agora também o segundo elemento do

sistema de trocas pré-capitalistas desenvolve uma peculiar força explosiva: a imprensa (Habermas, 2003, p. 34).

Desta forma, nota-se a redução do princípio da representatividade pública para a representação de interesses, em boa medida, de grupos privados de origem burguesa. Afinal, os princípios que regem a publicidade gerada pela imprensa, originalmente, são os mesmos princípios de ordem capitalista, que passam a constituir uma força preponderante no sistema político. Com a visibilidade que a imprensa conquista através de tiragens cada vez maiores de jornais e periódicos impressos abrangendo um público leitor também maior, esta passa a se constituir como forte componente da disputa por espaço privilegiado na esfera pública.

Assim, as informações que chegam à publicação pertencem ao rebotalho do material noticioso em si disponível; precisa ser igualmente explicado porque ele agora chega a ser difundido e tornado genericamente acessível, ou seja, tornado público. É de se duvidar que o interesse dos escribas dos boletins teria sido suficiente para isso; mesmo assim, eles tinham interesse na publicação. A troca de informações desenvolve-se não só em relação às necessidades do intercâmbio de mercadorias: as próprias notícias se tornam mercadorias. Por isso, o processo de informação profissional está sujeito às mesmas leis do mercado, a cujo surgimento elas devem, sobretudo, a sua existência (Habermas, 2003, p. 35).

Podemos destacar que o lucro obtido com a compra de espaços para propaganda e a venda de jornais para a população é apenas parte de um ganho maior da imprensa: o lucro social e político conquistado através da propagação de informações e opiniões no maior alcance possível de pessoas, justamente para emplacar – na sociedade e no poder público, o Estado – a ideia de que ela é responsável por fazer circular informações e posicionamentos de forma pública e, assim, torna-se componente também na formulação da opinião pública geral, ainda que não necessariamente seja sua efetiva representante.

Assim, com a mudança no sistema político, onde a burguesia passou a conquistar maior espaço no Estado, este adotou o mesmo instrumento para tornar conhecidos atos e decretos para que, da mesma forma, conquistasse adesão junto ao seu alvo, o público. Logo, a imprensa torna-se então sistematicamente útil aos interesses do poder administrativo uma vez que (Habermas, 2003, p.

36) “a autoridade dirige sua comunicação ao público, portanto, em princípio, a todos os súditos; comumente, ela não atinge, assim, o homem comum, mas, se muito, as camadas cultas. Junto com o moderno aparelho de Estado surgiu uma nova camada de burgueses que assume uma posição central no público”.

Desenvolve-se assim, na esfera pública, a forte imbricação entre a comunicação e as práticas políticas, sendo esta associação ou aliança uma herança moderna visível e até mesmo aprofundada no atual modelo político, em especial o poder representativo nas democracias contemporâneas. Assim, a imprensa conquista ainda maior importância como arma ou instrumento para o jogo dentro da esfera pública a partir de sua maior disseminação e penetração junto à população com os meios de comunicação de massa.

A opinião emitida pelos veículos de comunicação de massa do século XX passa a atingir não apenas o público leitor, antes restrito, mas um público bem maior pelo alcance sem maiores limites de nível educacional gerado a partir de tecnologias de audiovisual, propiciado com a chegada do rádio e da televisão, enraizando a cultura comunicacional e a importância da publicidade de forma permanente na sociedade atual.

Atualmente, a comunicação nas práticas políticas constitui-se em um elemento decisivo para conquistar visibilidade e a busca por consentimento. Cabe ao agente político aparecer (bem) na mídia. Da mesma forma as instituições democráticas que compõe este sistema buscam, através da comunicação, consentimento e adesão das massas para melhorar sua imagem junto às pessoas e, quiçá, da opinião pública.

Em artigo publicado em 2006, Habermas aborda o tema da esfera pública contemporânea, chamando a atenção para questionamentos que devem ser feitos para um possível aprimoramento da gestão pública e do relacionamento entre dois campos tão ligados na contemporaneidade: política e comunicação, uma vez que devem ser garantidos mecanismos para maior participação da sociedade civil nos temas que circulam pelos meios de comunicação.

Existem dois tipos de atores sem os quais nenhuma esfera pública política poderia funcionar: profissionais do sistema de mídia - especialmente jornalistas, editores, comentaristas - e os políticos que ocupam o centro do sistema político. Ambos são co-autores e destinatários das opiniões públicas (Habermas, 2006, p. 416).

Segundo o autor, nesse ambiente de disputa por espaço na esfera da visibilidade pública, que gera tensões entre o campo político e o campo jornalístico, os meios de comunicação de massa estão em posição privilegiada, por utilizar técnicas profissionais para transformar poder social em força política. E, nesse jogo, grupos de interesse privado – afinal, a comunicação de massa permanece em poder de conglomerados - e políticos profissionais estão em posição privilegiada em relação aos cidadãos isolados da sociedade civil.

Se a abrangência e penetrabilidade dos veículos de comunicação ao longo do século XX já garantiram esse triunfo em relação aos temas debatidos na esfera pública, a chegada da Internet abre novas perspectivas e exigem procedimentos ainda mais voltados à visibilidade que antes. Com a tecnologia possibilitando o acesso aos dados de uma instituição pública de forma rápida e com relativo baixo custo, o termo restrito ou secreto passou a ser um conceito a ser combatido nas democracias de massa contemporâneas.

A visibilidade agora passa a ter em potencial outra perspectiva: a transparência dos debates e decisões da esfera política. Com o desenvolvimento das tecnologias, a visibilidade gerada passa a promover também a adoção de mecanismos que possam garantir a interação, uma das características da sociedade em rede (Castells, 1999), possibilitando desta forma maior participação dos indivíduos conectados às decisões e discussões da esfera política.

3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ESFERA PÚBLICA VIRTUAL

A comunicação como elemento para a transparência das práticas políticas no âmbito de um parlamento já poderia ser observada desde que o princípio da publicidade passou a adentrar também os espaços da esfera pública política (Habermas, 2003). Se com a comunicação de massa a população era identificada como um público que recebia as informações a partir dos veículos de comunicação, com a chegada da Internet é aberta a perspectiva deste receptor ser mais ativo e participante e, assim, acessar quando for de seu próprio interesse dados da esfera política. Do mesmo modo, ao ter acesso direto às instituições representativas, o indivíduo pode também ter sua voz presente nas discussões, cobrando mais mecanismos e ferramentas de transparência, controle e participação pela Internet.

Graças à nova rede de comunicação global, a própria natureza da cidadania democrática passa por uma profunda evolução que, uma vez mais, a encaminha no sentido de um aprofundamento da liberdade: desenvolvimento do ciberativismo à escala mundial (notavelmente ilustrado pelo movimento anti-mundialização), organização das cidades e regiões digitais em comunidades inteligentes, em ágoras virtuais, governos eletrônicos cada vez mais transparentes ao serviço do cidadão e voto eletrônico (Lévy, 2002, p. 30)

Assim, o usuário conectado pode ter acesso a mais informações e não apenas aquelas que compõem o acervo de notícias que circulam nos veículos de comunicação de massa tradicionais. As próprias instituições passaram a contar com endereços eletrônicos próprios e a estimular o contato direto entre cidadão e, no caso analisado, o Senado Federal. As possibilidades geradas com as novas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) aumentaram consideravelmente as potencialidades e ferramentas disponíveis para promover a participação do cidadão no acompanhamento das questões da esfera política – desde que este tenha acesso à Internet. Nesse sentido, as instituições, para buscar maior legitimidade de suas ações junto à sociedade, passaram a ter que responder aos anseios que são gerados em rede, um sistema comunicacional que permite ao usuário não só observar, mas também interagir com o espaço virtual em que está conectado (Castells, 1999).

Afinal, o ideal libertário embutido nas novas tecnologias acabou por ajudar a desconstruir possíveis justificativas destas instituições em não estar aberta ao máximo ao cidadão por conta de custo de impressão de informações, distância geográfica ou outros obstáculos. Segundo Manuel Castells, uma das características da sociedade em rede com base tecnológica é a configuração do chamado espaço dos fluxos, onde de forma virtual circulam mensagens, dados e este ambiente serve como suporte técnico para as práticas sociais comunicadas à distância e permanentes, encurtando os espaços pelo tempo.

Para Muniz Sodré (2011), a virtualização da sociedade reforça o encurtamento das distâncias e favorece ampliação da circulação de informações que seriam restritas ao mundo político e antes acessível apenas em parte aos jornalistas e aos jornais, que operariam um novo filtro das informações que então passam a estar disponíveis ao conhecimento público. Agora, em

teoria, tudo pode ser acessado por todos na Internet. Ao menos é o que sugere a perspectiva de um mundo conectado e de uma sociedade em rede.

No que diz respeito à Revolução da Informação, novo mesmo é o fenômeno da estocagem de grandes volumes de dados e a sua rápida transmissão, acelerando em grau inédito na História, isto que se tem revelado uma das grandes características da Modernidade - a mobilidade ou a circulação das coisas no mundo. Se a Industrial centrou-se na mobilidade espacial, a da Informação centra-se na virtual anulação do espaço pelo tempo, gerando novos canais de distribuição de bens e a ilusão da ubiqüidade humana (Sodré, 2011, p. 13).

Com esta nova perspectiva, o poder público passa a adotar estratégias de comunicação na esteira dos avanços obtidos pela tecnologia, para repassar ao público, diretamente e sem necessariamente o intermédio da imprensa, maior volume possível de informações em larga escala de audiência simultânea e, posteriormente, promover ações interativas e de diálogo com a sociedade. São diversas as iniciativas em diferentes âmbitos e campos de atuação, que incentivam o cidadão a participar dos processos construtivos pelo ambiente *online*. Uma dessas iniciativas foi proposta pelo Senado Federal com o Portal E-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania). Mais que transparente, a política na era da comunicação em rede deve ter o potencial de ser interativa e tangível ao cidadão, que afinal, é representado e elege seu representante no poder público. Ao colocar essa perspectiva, leva-se em conta a expectativa e desejo de participação do usuário. O relatório da Comissão Internacional para o estudo dos problemas de comunicação, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, já apontava algumas deficiências que o aparato tecnológico não iria dar conta de resolver para garantir a participação do cidadão nos processos decisórios da política.

Nos países que possuem instituições teoricamente democráticas, a administração centralizada tende a configurar um sistema de comunicação com os mesmos defeitos: uma perspectiva hierárquica, resistente às inovações e insensível às necessidades do auditório. Nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento que possuem semelhantes burocracias, os profissionais públicos tendem a adotar uma atitude: sabem melhor sobre o que não deve dar-se ao público. Um dos maiores defeitos desta comunicação é a ausência da participação do público na administração e na tomada de decisões (Unesco, 1983, p. 145).

A inserção de portas a serem abertas para acesso do público na política e nos governos é, assim, um componente importante para uma esfera política efetivamente mais plural, democrática e representativa. Mas, a oferta desses mecanismos técnicos não deve ser a única ação. Também devem ser garantidos instrumentos para facilitar ao máximo e estimular a participação do público em temas, evidentemente, públicos e, da mesma maneira, sua efetiva adoção e encaminhamento no interior das instituições políticas.

4 A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA PARTICIPAÇÃO NO SENADO FEDERAL

A partir da década de 1990 e da aprovação da chamada Lei da Cabodifusão (Lei nº 8.977), o Senado Federal adotou diferentes estratégias de comunicação para veicular as informações sobre os trabalhos da casa (Freitas, 2010; Fonseca, 2008; Almeida, 2007 *et al*). Na esteira da adoção dessas práticas de comunicação diretas com o cidadão, em 2012 foi criado no site do Senado o Portal E-Cidadania (<http://www12.senado.gov.br/ecidadania#>). Nesta página, conforme mostra a Figura 1, segundo a própria apresentação da iniciativa, o cidadão teria fácil acesso às informações administrativas da casa e dos senadores, apresentando respostas aos questionamentos enviados pelos cidadãos e mecanismos de inserção do mesmo nos processos legislativos em três categorias: representação, legislação e fiscalização.



Figura 1 - Página inicial do Portal E-Cidadania, com destaque para as categorias representação, legislação e fiscalização.

Trataremos no presente estudo do primeiro item, uma vez que ele permite – ao menos em potencial – maior nível interativo com a proposição de temas para debates no parlamento. Sendo, portanto, um possível instrumento para ampliar o espectro da participação popular no âmbito da esfera política. Nesta categoria, é destacada a centralidade de uma iniciativa, que ganha espaço privilegiado ante as demais na página inicial: a sugestão que o Portal oferece para que o cidadão proponha um tema para debate em audiência pública nas comissões¹ do Senado, através de uma caixa com a afirmação em destaque chamando o visitante a participar dos trabalhos do Senado e que este “proponha um debate nas comissões”, conforme mostra a Figura 2. O objetivo desse tipo de reunião é possibilitar aos senadores o aprofundamento do assunto em discussão por meio do debate entre os próprios parlamentares e a apresentação de especialistas e representantes da sociedade civil do tema específico em análise.



Figura 2 - Página do item E-Representação, com destaque para a proposição de temas para debates nas comissões.

Ressaltamos, no entanto, que a realização de uma audiência pública não significa que o tema entra de forma privilegiada na agenda de debates da casa.

1 O Senado Federal possui onze comissões permanentes, sendo cada uma responsável por áreas temáticas específicas. É na instância das comissões, com número limitado de senadores que os projetos de lei recebem debate mais aprofundado. Mais informações em <http://www12.senado.gov.br/noticias/glossario-legislativo/comissoes-permanentes>. Acesso em 29/09/2013.

Muito menos que a simples discussão em uma das comissões resultará na apresentação de um projeto de lei sobre o tema e, ainda mais dificilmente, na sua aprovação pelos parlamentares. Portanto, para efeito de avaliação, consideraremos apenas se um tema proposto por meio do portal E-Cidadania, ou seja, pelos cidadãos, cumpre a primeira etapa – e objetivo da ferramenta – que é a realização de uma audiência pública em ao menos uma das comissões do Senado.

Na página para a proposição de um assunto, o cidadão pode visualizar todos assuntos já sugeridos por outros internautas e o número de adesões que o tema conquistou naquele ambiente *online*. Neste segmento, as propostas são catalogadas em quatro categorias distintas e que representam seu andamento: abertas, aguardando envio, na comissão e encerradas.

Em nosso último acesso ao portal, realizado em 29 de setembro de 2013, constavam na primeira etapa 77 ideias de internautas de assuntos que deveriam ser debatidos pelos senadores. Os dois primeiros contam com apenas onze apoios e tratam de “Criação de carreira de Estado para médicos com as mesmas configurações do Poder Judiciário” e “Exame da OAB: 90% de reprovação. O que está errado? O ensino que não capacita, a prova que exige demais ou ambos devem ser revistos?”, publicados no site em 21 de agosto de 2013 e 22 de maio de 2013, respectivamente.

O item “aguardando envio” não listava nenhum tema. Ou seja, nenhuma das propostas recentemente abertas tinham conquistado adesão suficiente para ser então encaminhadas para as comissões de trabalho do Senado. Entre as regras de funcionamento da ferramenta E-Representação, estão claros alguns procedimentos em etapas: cadastro no site; proposição de tema; análise da proposta para adequação ao Regimento Interno do Senado com prazo de até sete dias e publicação com prazo de três meses para a conquista de apoiantes. Aquelas propostas que tiverem alcançado 10 mil adesões de outros cidadãos neste período entram então na segunda categoria, a “aguardando envio”.

No terceiro item, “na comissão”, constavam cinco assuntos. Sobre eles abordaremos a seguir para analisar como essas propostas estavam sendo encaminhadas no âmbito da comissão de trabalho do Senado à qual foram encaminhadas. O quarto e último item, “encerradas”, reúne as propostas que tramitaram no espaço virtual da ferramenta E-Representação, mas que não conquistaram o número suficiente de apoios para serem levadas ao espaço

das comissões do Senado no período previsto pelas regras da página. Entre as 208 ideias nesta categoria, destacamos quatro temas que obtiveram mais de sete mil assinaturas, a saber: fim do voto obrigatório (7.757 apoios); fim do voto secreto no parlamento em todas as esferas de governo (7.397); vereadores não remunerados (7.326) e exigência de exame nacional para obter o CRM (registro emitido pelo Conselho Regional de Medicina nos Estados) para os formandos dos cursos de medicina em todo Brasil (7.208).

Retomamos assim para o item onde estão listadas as “Propostas enviadas para a comissão”, ilustrada na Figura 3. Ou seja, aquelas que atingiram número suficiente e deram um passo a mais na tramitação interna das propostas sugeridas no portal E-Cidadania. Os quatro primeiros temas com mais de 10 mil adesões estão relacionados a reajuste salarial ou melhores condições para militares das Forças Armadas, a saber: aumento salarial para as Forças Armadas (apresentada em 30/05/2012); aumento salarial para as forças armadas (apresentada em 01/06/2012), reajuste salarial para soldados dos militares das forças armadas (apresentada em 30/05/2012) e auxílio moradia para militares das Forças Armadas (apresentada em 12/11/2012). A quinta proposta que também atingiu dez mil apoio trata de “Inclusão do fisioterapeuta na Norma regulamentadora 4” e foi apresentada em 01/03/2013².

² O cidadão que sugeriu a proposta defende que “deve ter um serviço de fisioterapia dentro da empresa é de suma importância com relação ao processo de cura, pois facilita as ações preventivas e curativas das doenças ocupacionais, mediante uma série de dados colhidos em diversas avaliações”. Na prática, incluir fisioterapeuta – sem questionar o mérito da iniciativa – elevaria a oferta de empregos para profissionais desta categoria.

Portal e-Cidadania

Início Sobre o e-Cidadania Termo de Uso Avalie o e-Cidadania Mapa do site Cadastre-se

e-Representação e-Legislação e-Fiscalização

Você está em: e-Representação / Proponha um debate

Proponha um debate nas comissões

▼ Pesquise um debate para apoiar

▼ Entenda o Funcionamento

O DEBATE COM A SOCIEDADE É O TEMA DA VEZ

A audiência pública existe para incentivar o debate entre os parlamentares e especialistas da sociedade brasileira.

Agora, o cidadão também poderá participar sugerindo temas de interesse público e relevância nacional para as audiências públicas.

Se o seu interesse é acompanhar um debate específico nas comissões parlamentares submeta uma proposta. Caso o tema proposto interesse a outras pessoas também e receba o apoio necessário, sua sugestão será encaminhada para apreciação da comissão.

É você e o Senado Federal trabalhando por um Brasil melhor.

Veja as sugestões de audiência pública que já foram apresentadas. Para manifestar o seu apoio, basta clicar em cima do nome da proposta e seguir para o detalhamento da sugestão. É fácil e rápido, não deixe de participar.

Abertas Aguardando envio **Na Comissão** Encerradas

Propostas de debate enviadas à comissão.

Proposta de Debate	Apoios
Aumento salarial para as Forças Armadas.	+10.000
aumento salarial para as forças armadas	+10.000
Reajuste salarial para soldados dos militares das forças armadas.	+10.000
Auxílio moradia para militares das Forças Armadas.	+10.000
A inclusão do fisioterapeuta na Norma regulamentadora 4 (NR4).	+10.000

Figura 3 - Página mostra temas propostos por cidadãos para discussão em audiências públicas no Senado. Na imagem, as propostas que receberam mais de dez mil adesões e passaram para o item 'Na Comissão', uma etapa mais avançada no trâmite do Portal E-Cidadania.

No conjunto das propostas que obtiveram maior apoio e avançaram na fermenta encontramos algumas evidências de que mesmo nesses ambientes virtuais onde a população é chamada para a proposição de temas para o debate na esfera política, grupos mais organizados conseguem impor o agendamento dos temas que devem ser debatidos e que, em boa medida, estes são movidos por interesses individuais ou corporativos, como é o caso de aumento salarial ou inclusão de uma categoria de profissionais no rol daquelas que algumas empresas devem obrigatoriamente manter em seu quadro de funcionários para garantir a segurança e medicina do trabalho, o que aumentaria significativamente o número de vagas no mercado de trabalho para estes profissionais.

Pode-se perceber então que com as novas tecnologias o corporativismo

ganha novos contornos ou se reafirma como um mecanismo social privilegiado para conquistar mobilização de um grupo de interesse comum e assim, maior número de adesões a uma causa específica em relação a propostas de origens isoladas, mas que poderiam ter maior repercussão junto à população, como seria, por exemplo, temas como o fim do voto obrigatório e a extinção de pagamentos para vereadores em todos os municípios, envolvendo desta forma a discussão de assuntos que afetam uma camada bem mais ampla da sociedade, como os contribuintes que custeiam a máquina pública.

Como observamos, as proposições que receberam o maior número de adesões estão intimamente relacionadas a questões profissionais de restritas categorias. Assim, podem ser classificadas como ações de cunho corporativista, já que o corporativismo (Bobbio, 2007, p. 287) é “uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais”. Desta forma, a busca por representação no meio virtual pelos militares e fisioterapeutas não deixa de ser justificável e legítima, mas reforça como a associação de indivíduos com interesse comum, ainda que atenda em seu objetivo final interesses privados e individuais, acaba tendo maior força também na esfera pública virtual.

Essa sobreposição de temas particulares, ainda que seja de um grupo, ocorre também, portanto, nos meios avançados tecnologicamente. Desta forma, mesmo com a ideia de abertura de um espaço para propor debates, o meio virtual acaba reproduzindo procedimentos que já poderiam ser observadas na sociedade antes do advento da Internet, ou seja, a organização de grupos que podem acabar impondo com maior eficiência suas pautas no debate público. Portanto, o grau de efetiva participação popular na política a partir do ambiente *online* não deve levar em conta apenas seu aparato técnico.

No final das contas, fica a ideia de que a questão fundamental para se compreender a participação política na Internet não está relacionada apenas ao grau de sofisticação das ferramentas disponíveis. Um ponto importante está na tentativa de compreender a resistência dos agentes institucionais em perceber os cidadãos enquanto parceiros (em uma perspectiva de soberania popular forte) a integrarem o processo de produção da decisão política. Mesmo em experiências nas quais se percebe uma maior provisão de canais participativos, é de se questionar, por exemplo, os efeitos políticos que tais recursos podem gerar, uma vez que não adianta dar voz e oportunidades de expressão e dis-

cussão aos usuários se a eles não se demonstra, também, seriedade na consideração das contribuições encaminhadas (Marques, 2011, p. 116).

Inclusive, a Internet, pela sua característica de permitir maior pluralidade de discursos, é um ambiente mais favorável para a inclusão de temas por estes grupos na esfera pública virtual, uma vez que os obstáculos eram maiores quando estes dependiam dos meios de comunicação para fazer circular seus anseios, opiniões e mesmo reivindicações. Por outro lado, a dificuldade de temas mais amplos (aqueles de interesse públicos mais coletivos, além das intenções corporativistas ou classistas) em conquistar adesão nesse ambiente virtual do canal de representação do Portal E-Cidadania evidencia o quanto os cidadãos de forma isolada ainda encontram dificuldade na tentativa de pautar a esfera pública. Ademais, muitas das propostas arquivadas são semelhantes e a falta de organização entre os indivíduos isolados não permitiu que a adesão se desse de forma conjunta em uma só proposta, diluindo os apoios em diferentes proposições que teriam o mesmo objetivo de debate, como, por exemplo, assuntos correlatos à reforma política, que tiveram 35 proposições distintas.

Cumprida esta etapa da publicação e conquista suficiente de adesão de uma proposta de debate, acompanhamos o desenrolar que esses temas obtiveram no âmbito legislativo. Em agosto de 2012, uma matéria veiculada pela Agência Senado³ informava que as propostas de cidadãos para debates na casa sobre aumento salarial para as Forças Armadas já tinham sido encaminhadas para as comissões do Senado. Durante sessão da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em 17 de dezembro de 2012, o então presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que seria realizada, em fevereiro de 2013, uma audiência pública para tratar do tema. No entanto, naquela oportunidade Paim comentou que recebeu o presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas, senhor Genivaldo da Silva e outros representantes da categoria pessoalmente em seu gabinete, onde solicitaram a audiência pública. Assim, não foi feita qualquer menção à iniciativa realizada com as adesões no portal E-Cidadania.

3 Portal e-Cidadania aumenta interatividade. Agência Senado, 2012. Disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2012/08/08/portal-e-cidadania-aumenta-interatividade> Acesso em 29/09/2013.

A prometida reunião foi realizada em 25 de março de 2013, uma segunda-feira, dia onde tradicionalmente se observa baixo quórum de parlamentares – o que pode ser confirmado com a participação através de posicionamentos durante os debates da reunião de dois senadores; Paulo Paim e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). As notas taquigráficas⁴ da sessão que se estendeu por três horas e vinte minutos não registram qualquer menção, por nenhum dos participantes, da mobilização feita através da ferramenta de representação no *site* do Senado na Internet.

Por outro lado, em relação ao tema dos fisioterapeutas, a senadora Ana Amélia (PP-RS), apresentou em agosto de 2013 um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais solicitando a realização de audiência pública para tratar do tema e cita, já em sua justificativa, a mobilização feita no portal E-Cidadania, o que a motivou a apresentar a solicitação de audiência. No entanto, até outubro de 2013, o requerimento ainda não tinha sido votado pela comissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa breve análise observamos que o Portal E-Cidadania, do Senado Federal, busca envolver e engajar cidadãos através de novas ferramentas tecnológicas para a participação política e nas práticas legislativas. No entanto, nos associamos a outros estudos (Gomes, 2004; Marques, 2011; Sodré, 2011; *et al*) que colocam a tecnologia não como indutora, mas sim complemento de iniciativas que busquem qualificar o debate público através de maior participação popular, sendo que sua aplicação irá variar de acordo com níveis de informação, cultura e organização social e o desejo de elevar e efetivar tais oportunidades geradas com a Internet, tanto pela classe política como pelos cidadãos.

Em estudo sobre as possibilidades de participação do cidadão na arena política através dos Portais da Câmara dos Deputados e da Presidência da República, Francisco Paulo Marques também identificou obstáculos para sua efetiva concretização na prática ou ao menos a influência direta nas decisões tomadas nessas duas instituições basilares da democracia e do sistema político brasileiro. O

4 Notas taquigráficas da sessão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/disc/listaDisc.asp?s=000113/13>. Acesso em 29/09/2013.

autor confirma que os dispositivos comunicacionais criados abrem perspectivas, ampliam potenciais e até fomentam discussões, mas tais ferramentas dependem de outras iniciativas para um uso mais abrangente pela sociedade. O autor afirma ainda que não parece ser suficiente a disposição da instituição e de seus agentes políticos combinada com tecnologia, já que ainda é baixo o real poder de influência dessa interação no direcionamento da decisão política (Marques, 2011).

Assim, destacamos que no caso do Portal E-Cidadania identificamos ao menos duas características ou distorções ocorridas no processo entre a abertura do canal de diálogo do Senado Federal com a sociedade e as propostas que receberam o número suficiente de adesões solicitando temas para audiências públicas junto às comissões de trabalho da Casa.

A primeira é a constatação do fato de que temas de interesse mais próximo do particular, apesar de voltado grupos profissionais, tiveram maior destaque em número de adesões e consequente encaminhamento de acordo com as regras determinadas pelo *site* para andamento das sugestões para audiências públicas. Prevaleceu, como vimos, a organização dos militares e fisioterapeutas em reivindicar uma nova conquista profissional, ainda que isto não tenha interferido na baixa adesão registrada em outras iniciativas. Estas, que poderiam ter impactos em um número maior de contribuintes e eleitores, ainda carecem de maior mobilização e organização ou mesmo conhecimento por parte dos próprios cidadãos da ferramenta proposta pelo Senado Federal.

O segundo ponto que podemos destacar é a clara evidência citada anteriormente de que a audiência pública sobre o tema do reajuste salarial das Forças Armadas foi realizada não por simples iniciativa através de uma espécie de abaixo-assinado *online*, mas sim pela organização e mobilização de suas lideranças, pessoalmente, uma vez que procuraram o então presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa de forma presencial, à moda antiga, por assim dizer, sem o intermédio de qualquer recurso tecnológico. Como foi abordado, por outro lado o mesmo não ocorreu em relação à causa dos fisioterapeutas, uma vez que a senadora gaúcha Ana Amélia apresentou requerimento solicitando a audiência pública sobre o tema a partir da reivindicação proposta no Portal E-Cidadania. Porém, tal documento ainda aguarda votação e posterior agendamento de reunião na Comissão de Assuntos Sociais para tratar o tema.

Ainda assim, não deve ser descartada ou menosprezada a significativa oferta, pelas instituições democráticas e representativas, de mecanismos tecnológicos que possam ao menos iniciar um encaminhamento no sentido de garantir maior pluralidade de discursos na esfera pública. No entanto, temos indícios de que devem ser contornados obstáculos que se colocam para tais objetivos. O desafio maior que se apresenta não se trata de ordem técnica e de se buscar melhores condições para a conexão entre os cidadãos e suas instituições. A técnica, aliás, tem avançado significativamente nesse sentido nos últimos anos e as instituições tem se empenhado em promover esses canais de abertura. Porém, a efetivação na prática, no âmbito das decisões políticas ou mesmo na arena de discussões de propostas que surjam de cidadãos a partir de ambientes tecnológicos depende ainda de passos mais largos não apenas no aspecto técnico. Mas sim e sobretudo nos usos que são feitos das informações disponíveis, tanto pelas instituições como pelos cidadãos, num movimento que só poderá ser observado quando forem obtidos avanços de aspectos da sociedade mais voltados à ordem social, educacional e cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Valéria Ribeiro da Silva Franklin. **A tecnologia na comunicação do Senado: do papiro à internet**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FONSECA, Estefânia Uchôa Freire da. **A gestão da comunicação parlamentar no Senado Federal**. Brasília: Unilegis, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos Santa de. **O controle normativo da mídia do Congresso Nacional: critério de noticiabilidade e garantia do uso republicano dos veículos legislativos de comunicação de massa**. Brasília: Senado Federal, 2010.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jurgem. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____, Jurgem. **Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research**. Annual International Communication Association Conference, 2006. Disponível em http://mt.educarchile.cl/MT/jjbrunner/archives/1-Habermas_Deliberation2006.pdf Acesso em 08/10/2013.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

MARQUES, F.P.J.A. **Participação, instituições políticas e internet: Um exame dos canais participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil**. In Internet e participação política no Brasil/orgs. Rousiley Celi Moreira Maia, Wilson Gomes, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2011.

UNESCO. **Um Mundo. Muitas Vozes – Comunicação e informação na nossa época**. Rio: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf> Acesso em 12/09/2013.

RECEBIDO EM: 10/10/2013

ACEITO PARA PUBLICAÇÃO: 25/11/2013

Tiago Quiroga

Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e mestre em Comunicação e Cultura, pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor do livro *Pensando a Episteme Comunicacional* (EDUEPB/UFPB:2012), professor adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB), coordenador do Curso de Comunicação Social noturno desde 2012 e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB.

Daniel Nardin Tavares

Mestrando da linha de pesquisa Teorias e Tecnologias da Comunicação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Pará.

